



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LUCAS MOTA NASCIMENTO

**POLÍTICA NO INTERIOR:
RELAÇÕES DE PODER NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2019**

LUCAS MOTA NASCIMENTO

**POLÍTICA NO INTERIOR:
RELAÇÕES DE PODER NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Schleder Almeida.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LUCAS MOTA NASCIMENTO

**POLÍTICA NO INTERIOR:
RELAÇÕES DE PODER NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 01 de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Schleder Almeida (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Claudio André de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Rafael Palermo Buti

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	5
2	JUSTIFICATIVA	7
3	QUESTÃO NORTEADORA	8
4	OBJETIVO GERAL	8
4.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
5	REFERENCIAL TEÓRICO	9
6	METODOLOGIA	14
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

São Francisco do Conde é uma cidade do interior da Bahia, localizada na região metropolitana, no Recôncavo baiano. Hoje, ela tem uma população estimada de 39.338 habitantes, área de 266,609 km² (Fonte: IBGE, 2017). A história de São Francisco do Conde tem mais de 400 anos. Em 1618, a mando do Conde de Linhares, foi construído no alto de um monte um convento onde, mais tarde, originaria a cidade de São Francisco do Conde.

O nome é uma homenagem ao padroeiro da cidade e o Conde Fernão Rodrigues, que herdou o terreno do 3º governador-geral do Brasil, Mem de Sá. A região onde fica a cidade foi conquistada pelo império português, através de guerras travadas contra os índios Tupinambás e os Caetés Negros¹ que viviam nas margens dos rios e também deixaram seu legado na cultura do município. Sua economia era baseada no sistema de plantation, com a cana de açúcar como produto principal. A produção de cana de açúcar se manteve como o produto mais forte da economia local até meados do século XX, quando o advento do petróleo muda consideravelmente o contexto social, não só de São Francisco do Conde, mas como a de todo o Recôncavo.

Já seria uma pesquisa muito rica, fazer uma análise dos impactos sociais desta mudança do modo de produção tradicional do açúcar para o petróleo na pequena cidade da região metropolitana (Sansone, 2006). Mas, aqui neste projeto, vamos nos inserir em um tema espinhoso e sensível na realidade da pequena e rica cidade e que carece de análise sociológica: a relação de poder que envolve a classe política e a sociedade são franciscana, com a proposta de uma agenda de pesquisa em que os agentes sociais estão relacionados aos valores e normas predominantes de sua sociedade. Aqui, o estudo sobre política sai da esfera macro e se afunila para as interações sociais concretas como característica etnográfica.

A exploração do petróleo tornou São Francisco do Conde uma das cidades mais ricas do Brasil, a renda pelo PIB *per-capita* é de R\$ 296.459,35 (Fonte: IBGE, 2016). Já, a partir dos anos de 1980, a prefeitura se torna a mais importante

¹Os Tupinambás e os Caetés deixaram de legado, entre outras coisas, uma rica gastronomia. O mingau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira são exemplos dessa herança. A habilidade com a pesca e a técnica das mulheres marisqueiras também surgiram com os primeiros habitantes da região. São Francisco do Conde possui uma história riquíssima e que se confunde com a história do Brasil (<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/historia/>).

empregadora da cidade. Com a disponibilidade de fundos monetários cada vez mais robustos, as elites locais, que agora são em sua grande maioria políticos ou diretamente ligados a eles, vão utilizar esse tal poderio econômico da máquina pública apenas para se manterem no seu lugar de privilégio.

O sucesso de um prefeito depende da sua capacidade de gerenciar e tornar visíveis esses fundos, realizando obras de impacto, distribuindo cestas básicas, contratando centenas de pessoas sem concurso, enfim, distribuindo renda entre os que o elegeram, assim como se mostrando implacável entre os desafetos. (Sansone, 2006, pág. 239.)

O poder público manipulado por uma elite local que, quando não vive inteiramente da política faz dela uma parte significativamente importante de sua renda e de seu capital simbólico, vai construindo laços com todos os setores da sociedade são franciscana, para que a população esteja cada vez mais envolvida numa relação de dependência para com a “máquina pública”. Política é um tema muito polêmico no município e os debates no dia a dia da cidade são geralmente acompanhados de muita tensão e cuidados com o que se é falado, relatos de agressões físicas motivadas por discussões políticas ou por outros motivos que envolvem a política não são difíceis de se encontrar. No tempo da política temos o ápice da dinâmica sociopolítica da cidade, nesse tempo a sociedade está em estágio de euforia, onde as distribuições de dádivas se multiplicam, mas não nos delimitaremos a esse momento, vamos analisar como essa dinâmica se organiza no estágio anterior, quando os grupos políticos começam a se montar e a relação político e sociedade começa a se intensificar paulatinamente.

[...] ao contrário de outras atividades, a política não é pensada como atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, designado sintomaticamente como tempo da política. O tempo da política representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto. Se fora do tempo da política facção resume-se praticamente aos chefes políticos e uns poucos seguidores, a disputa constitui um momento em que incorporar o maior número possível de pessoas torna-se essencial pelo que representa não só em termos em termos Devotos, mas de demonstração pública de força. Trata-se nesse tipo de disputa, mais do que derrotar eleitoralmente um adversário, de fazer com que a facção confunde-se com o conjunto da sociedade. (HEREDIA, PALMEIRA, 2006, pág. 35)

Nesse trabalho vamos observar as divisões sociais e distinções econômicas e simbólicas da sociedade são franciscana, buscando atributos que caracterizam e particularizam as relações de poder e dependência entre a elite política local e a

sociedade. Essa relação entre as classes envolvem uma gama de elementos que muitas vezes podem ser considerados como hábitos que ferem o espírito democrático, do olhar de alguém que não esteja familiarizado com a realidade, da maneira que se entende a política naquele espaço, entre esses elementos estão as relações de trabalho na prefeitura, como os políticos atuam na construção de suas redes de dependência no universo sociopolítico e a maneira que a população enxerga a política como meio de acesso a recursos da “máquina pública” local.

Bom, o certo é que o universo da micropolítica são franciscana tem uma densidade de informações a nos oferecer e a acrescentar no debate político, para aqueles que buscam as mais variadas dinâmicas, vivências e práticas da política brasileira, exigindo do pesquisador parresia para encarar os desafios que podem ser encontrados pelo caminho.

2 JUSTIFICATIVA

São Francisco do Conde, sendo uma cidade de grande arrecadação por sediar uma das maiores refinarias do país a Landulpho Alves (RLAM), combinado com uma baixa densidade demográfica, faz com que imaginemos que a sociedade da pequena cidade, viva em uma situação em que os seus direitos básicos sejam de qualidade elevada e que seja um suporte e referência para cidadãos de cidades vizinhas, mas a realidade dos serviços gerados pela prefeitura municipal estão quase sempre longe de um nível considerado de qualidade equivalente ao seu potencial de investimento. São Francisco do Conde é conhecida entre os próprios munícipes, e os de cidades vizinhas, de “cidade rica do povo pobre”. Essa expressão deixa clara a consciência popular de que eles poderiam viver e usufruir de serviços melhores e de uma distribuição de renda mais justa.

O fato de ser cidadão são franciscano e viver a percepção dessa disparidade entre poderio financeiro e o desenvolvimento social é um dos fatores principais de motivação para a elaboração deste projeto de pesquisa. A sociedade são franciscana vive uma relação de dependência intensa com o poder público em várias vertentes, isso faz com que a classe política exerça muita força diante da classe popular, o que acaba transparecendo, muitas vezes, que os cidadãos são subalternos aos políticos e essa relação de poder desigual entre uma classe e outra, sempre me chamou a

atenção. Descrever as especificidades dessa relação de poder, que estão na base da estrutura social da pequena cidade do Recôncavo e seus porquês, me move nesta pesquisa.

Escrever cientificamente, de forma crítica sobre política em São Francisco do Conde é navegar em um lago virgem, pois, a cidade, apesar de ter uma quantidade razoável de acadêmicos e, desde de 2014 uma universidade federal, a UNILAB, ainda carece de análises históricas, políticas e sociais, sendo assim, pretendo contribuir neste campo e proponho ser um agente motivacional para que outros acadêmicos locais e, não só, participem do debate para enriquecer o campo de estudo, buscando abranger a sociedade de modo a refletirem fora do senso comum.

O Brasil sendo um país de dimensões continentais, e como tal engloba uma enorme pluralidade política, torna-se importante, assim, que exista uma reflexão micro de política, fugindo das concepções apriorísticas muito presentes nas análises “macro”.

3 QUESTÃO NORTEADORA

Como se estabelecem as relações de poder e dependência em São Francisco do Conde: na dinâmica social entre a elite política local e a classe popular.

4 OBJETIVO GERAL

Nesta pesquisa pretende-se analisar os aspectos que estão envolvidos na dinâmica social entre o poder público (a elite política local) e a classe popular são franciscana, descrevendo os mecanismos usados pela classe política que alimenta a perpetuação da dependência da classe popular para com o poder público local.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a política local numa perspectiva etnográfica;

- Fazer levantamento de variados dados estatísticos do município;
- Explorar as “memórias” referentes à vida política local, sob a ótica dos munícipes.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A antropologia surge fundamentada numa tradição evolucionista, onde se entendia que todas as sociedades passam por um processo de evolução, ressignificando a teoria darwinista da evolução das espécies. Então, todas as sociedades sairiam do primitivo ao moderno para um ideal de civilização. Os estudos antropológicos não tinham a política como temática de grande interesse em seus primórdios, mas sempre esteve estritamente ligada às relações de poder. Nesta fase inicial, como já abordado acima, os estudos estavam envolvidos no contexto da tradição evolucionista, sendo assim, a análise das relações de poder estava sobre formas e sistemas de poder nas sociedades primitivas em comparação aos sistemas políticos de sociedades modernas, às sociedades com Estado.

Nessa época de hegemonia do evolucionismo, que poderíamos situar entre as últimas décadas do século XIX e o início da década de 1920, a grande maioria dos estudos antropológicos não tomava a política como tema central de interesse, nem a antropologia política era pensada ou formalizada como subárea de estudos (kuschnir, 2007, pág. 11).

A política vai ganhar um espaço de importância significativa com os estudos de sociedades africanas. Esses estudos, com influência do avanço da tradição estrutural-funcionalista, buscavam entender as organizações sociais sem a presença do sistema político mais moderno, a soberania do Estado. Textos que vão ser de muita importância para o campo de estudo da antropologia política brotaram dessa terra fértil e foram um suporte significativo para o debate sobre o enfoque que a disciplina deveria tomar sobre a temática da política.

Na operação de descentramento, operada na década de 1940 pela antropologia social na versão do estrutural-funcionalismo britânico, buscava-se pensar a política, considerando suas diversas formas sociais, independentemente de se estas possuíam mecanismos especializados e autonomizados para o exercício do poder político. Assim, as sociedades sem

mecanismos estatais de concentração do poder, por exemplo, não ficariam fora das análises das relações políticas pela antropologia, pois nelas a organização política se fundaria em imbricamentos entre parentesco e poder (BALANDIER, 196, pág. 60 apud SÁ, 2015, pág.17).

A antropologia tem a etnografia como “seu chão”, sua base fundamental de pesquisa empírica, sendo assim, não há antropologia sem pesquisa empírica e a etnografia é a ideia-mãe da antropologia (Peirano, 2014) com o suporte da etnografia, a antropologia política amplia a esfera do entendimento das estruturas políticas para além do sistema estatal de instituições nos moldes das sociedades ocidentais, recusando a abordagem negativa sobre as sociedades “primitivas” como se elas não fossem capazes de ter uma organização política por não terem um estado centralizado.

Assim, não estudamos “a política em si”, estudamos como ela se revela entre nós, e como a ordem social é imaginada e vivida, com suas regras, seus acasos e seus imponderáveis. (Comerford, Bezerra, Palmeira, 2017, Pág. 23)

A antropologia política foi se diversificando em múltiplas abordagens e se consolidou cada vez mais como subárea de estudos da antropologia. Se na fase inicial a coesão e equilíbrio social estiveram no foco do campo de estudos, com o passar do tempo vinham enfoques em transformação social e novos métodos de análise das relações de poder, assim como as relações de parentesco, étnicas e religiosas, essas que são dimensões fundamentais da vida política. Nas sociedades africanas seria revisto o papel do estado colonial e o impacto de sua dominação cultural na vida nativa. A novidade, também, seria o surgimento de análises dos indivíduos singulares que em múltiplos níveis culturais criam suas complexas redes de atuação, daí surgem trabalhos sobre mediação e política; clientela, favores, compromissos e lealdade. E nessa fase já se consolida institucionalmente uma antropologia política.

Uma das noções fundamentais na análise antropológica sobre política é a ideia defendida por Frank McGlynn e Arthur Tunder de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais, um resumo deste ponto de vista, podemos ver em Kuschnir (2007).

O poder (ou a política) estaria presente em todo tipo de relação social que existe algum tipo de assimetria. Seria preciso estudá-lo dentro de um contexto sociocultural, identificando suas dimensões materiais, psicológicas e sociais sem deixar de lado os processos de mudanças dessas configurações (kuschnir, 2007, pág. 17).

Cabe aqui ressaltar também o antropólogo francês Pierre Clastres que em sua obra, “A sociedade contra o estado” (1974), talvez tenha sido o autor a propôr a maior relativização da noção de política. O autor reforça a ideia de que as relações de poder (ou a política) é que estruturam as relações sociais. Não seria possível pensar o espaço social sem relações de poder, o poder político seria universal, imanente ao social (Sá, 2015) e pode ser exercido de forma não coercitiva, porque mesmo sem instituições a política está sendo praticada. A antropologia enraizada ao método etnográfico, se aprofundando e vivendo na prática interações sociais específicas, vai evitar, como de tradição disciplinar, criar teorias gerais sobre a política ou poder, sempre abrindo o leque para a construção de novas abordagens antropológicas, como podemos notar em Sá, (2015) em suas variadas falas. “O poder, então, não seria uma coisa dada, não seria uma realidade substantiva para a qual se oferecem pensamentos teóricos” (Sá, 2015).

A antropologia, com sua extensa bagagem etnográfica e conceitual sobre as dimensões pessoais das relações sociais, sobre os imbricamentos das relações familiares, de parentesco, de amizade e de vizinhança com os processos de exercício do poder social, fornece os meios de evitar leituras sociologizantes, no mau sentido da palavra, e generalizantes, em face da releitura de antigos problemas sociológicos e da visualização de novos problemas ((PALMEIRA, 1992, p. 30 apud Sá, 2015, p. 7).

Nesta pesquisa vamos de um cânone do entendimento das relações de poder em direção ao pensamento weberiano de dominação, mais precisamente a tradicional, por onde o poder político é construído através de vínculos morais entre “superiores” e “inferiores”, para o qual são criadas responsabilidades e obrigações costumeiras como podemos ver no célebre livro do sociólogo alemão, “Economia e sociedade” de 1920, em que ele destaca que:

O dominador não é um “superior” mas senhor pessoal; seu quadro administrativo não se compõe primeiramente de “funcionários” mas de “servidores” pessoais e os dominados não são membros da associação mas companheiros tradicionais ou súditos [...] (Weber, 2014, pág. 148).

Pensar o político como dominador e não um superior, ou como o próprio Weber escreve “senhor pessoal” sobre dominação tradicional em “Economia e Sociedade”, é uma das lentes teóricas que nos guiará, assim como a visão da sociologia política weberiana que entende que, a política é o conjunto das condutas humanas que comportam a dominação do homem pelo homem (Aron, 1982). Mas

como se legitima tal dominação e como essas relações de poder se constroem? Nosso suporte teórico neste caso é o famoso “Ensaio sobre a dádiva”, 1924, de Marcel Mauss, em que se descrevem os rituais do Potlatch, do noroeste americano, e o Kula, da Melanésia, para nos mostrar que as trocas, o sistema de dádivas, como ele as conceitua, tem um significado muito mais amplo que um simples intercâmbio de bens (Kuschnir, 2000). A reciprocidade ou “lógica da dádiva”, como o autor conceituou, o fluxo de trocas, as obrigações de dar, receber e retribuir é fator elementar nas relações sociais, está no psicossocial das interações humanas, a ação da troca está para além do que se é trocado. Essa compreensão é fundamental para entendermos como valores sociais mais amplos como este, estão embutidos nas relações políticas, assim nos afastamos de modelos como clientelismo, porque aqui vamos nos deter às significações concretas dos atores sociais em suas redes sociopolíticas e não em teorias idealistas do sistema político.

Uma das principais fontes teórica desse projeto de pesquisa foram os trabalhos da (NuAP) Núcleo de Antropologia da Política, sediada no museu nacional da UFRJ, mas com grupos em diversas universidades por todo país. As pesquisas da NuAP exploram as dimensões da política brasileira que até então eram pouco exploradas. Em contrapartida, o clássico “Coronelismo, enxada e voto” (Leal, 1948), já tinha aberto as portas para esse tipo de estudo, muito antes da criação do núcleo. Antropologia da política, para que fique claro, a palavra ‘política’ é entendida como objeto de pesquisa, para que os pesquisadores antropólogos evitem ao máximo confundir seus dados etnográficos com suas posições ideológicas (Kuschnir, 2007). Os estudos antropológicos referentes à política partem de uma abordagem metodológica que visa as relações micropolíticas, explorando as dimensões onde acontecem interações que, muitas vezes são tratadas como relativas ou fora do domínio político, atores sociais, ou grupos em circunstâncias específicas, que significam e vivem a política. O estudo sobre política sai do domínio institucional e se afunila para as interações sociais concretas. A política, uma categoria antes fixa e pré definida, se torna flexível, maleável, versátil (Comerford, Bezerra, Palmeira, 2017).

A lógica da dádiva de Mauss é conceito chave para se entender a abordagem dessa corrente antropológica brasileira que influenciou esse projeto. Difícil é achar um trabalho de antropologia da política no Brasil que não contenha a lente teórica da dádiva, para entender as relações mais estreitas da interação entre o político e o

eleitor, e como o político, especialmente no interior, constrói suas redes de “domínio” através da “lógica” da doação e do favor.

Na linguagem de um antigo político cearense, “o eleitor já nasce feito”, fazendo alusão ao fato de que é a partir do registro de nascimento, retirado com ajuda de um candidato, que o eleitor passa a ter um dono, um benfeitor, um provedor, definindo assim este processo duradouro de crédito e débito. O provedor espera um pagamento a longo prazo. Como diz Marcel Mauss, “a sanção da obrigação de retribuir é a obrigação por dívida” (1974:112). (Palmeira e Barreira, 2004, pág. 154)

O eleitor pensa e entende a política como um meio de acesso a recursos públicos o que facilita a ação daqueles que tem uma capacidade maior de promover esses acessos e não só. Médicos, advogados e empresários podem se tornar atores políticos importantes, visto que sua posição social lhes condiciona a se tornarem grandes doadores, o poder de distribuir favores que, dificilmente quem recebe tem a capacidade de retribuir e (lembrando que aqui estamos falando de política no interior) assim se estabelece uma espécie de ‘contrato informal’, estabelecido voluntariamente entre pessoas que se percebem como desiguais e trocam favores, neste caso “a dádiva acarreta necessariamente a noção de crédito de uma dívida social e, por outro lado, de uma dívida social não quitável” (Palmeira e Barreira, 2004, p. 160) não à toa, esses quando não se tornam os políticos em si, são cabos eleitorais importantes.

A instituição do “dar” está sempre presente na constituição de relações entre iguais e, principalmente entre desiguais, estabelecendo e consolidando relações hierárquicas. A ação do “não dar”, e do “não-oferecer” é interpretada como mesquinaria. As ações do “dar”, e do “oferecer” representam generosidade e bondade. Neste sentido, como diz Marcel Mauss, “abster-se de dar, como se abster de receber, é perder dignidade – como se abster de retribuir” (1974:111). (Palmeira e Barreira, 2004, pág. 161).

Essas trocas, que são a distribuição e retribuições de dádivas, na abordagem da antropologia da política no Brasil é vista como elemento fundante das relações pessoais e políticas.

Em Miranda (1999) diz que os pesquisadores de ciências sociais têm como fundamento o conhecimento produzido pelo homem em seu cotidiano, “refiro-me, aqui, ao conhecimento elaborado pelos atores sociais cujo comportamento observamos e tentamos explicar, muito embora respeitando os procedimentos específicos da disciplina”. (Miranda, 1999, pág. 23) e Laplantine especifica a abordagem antropológica:

A abordagem antropológica de base, a que todo pesquisador considera hoje como incontornável, quaisquer que sejam por outro lado suas opções teóricas, provém de uma ruptura inicial em relação a qualquer modo de conhecimento abstrato e especulativo, isto é, que não estaria baseado na observação direta dos comportamentos sociais a partir de uma relação humana (LAPLANTINE, 2003, pág.121).

O Lanna (1996) faz críticas a Pierre Clastres que segundo o autor, “Daí o absurdo do projeto de Pierre Clastres: tentar fazer um modelo geral da organização da chefia sul americana sem uma análise etnográfica aprofundada de pelo menos um caso.” (Lanna, 1996, pág. 128) e evocando Lévi-Strauss, sugere que a política fosse o domínio do específico, sendo assim, de passo em passo, do panorama geral ao mais específico, a política aqui neste projeto é uma categoria entendida no campo, algo que cabe a cada etnógrafo revelar.

6 METODOLOGIA

Na nossa metodologia será usada a abordagem de pesquisa qualitativa. O trabalho será de cunho descritivo e explicativo. Para técnicas de coleta de dados serão utilizados os métodos etnográfico e levantamento documental.

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microsocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico, descritivo por excelência (SEVERINO, 1941, pág. 119).

No caso de pesquisa documental, tem-se como fontes documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como, jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais (SEVERINO, 1941, pág. 122-123).

A etnografia terá como ponto de partido o centro da cidade, onde está concentrada a maior parte dos acontecimentos, os grandes eventos e embates de cidadãos com os políticos em frente à Câmara Municipal e Prefeitura, que se encontram na orla marítima da cidade. Os dois primeiros locais, supracitados, são de importante e curiosa observação, pois, a dificuldade de se encontrar com os políticos faz com que os cidadãos da cidade revoltosos, ou com questões específicas para colocar a algum político em particular, como por exemplo, para cobrar alguma promessa de campanha ou não, às vezes por um simples pedido de ajuda com alguma

questão pessoal. Costumam esperar à frente da prefeitura ou da Câmara Municipal por eles no fim do expediente.

Não podemos esquecer das entrevistas semi-estruturadas. Elas serão feitas com os trabalhadores da prefeitura e com pessoas que se encontram desempregadas, mas que já foram funcionários municipais. Creio que essa separação seja de grande importância na análise, possibilitando, assim, notarmos os encontros e desencontros dos discursos de ambos os grupos. Serão sete entrevistados de cada grupo totalizando quatorze pessoas, separados por pessoas do centro e periferia (distritos), assim também poderemos notar as diferenças entre os discursos daqueles que se localizam no centro, onde o poder está mais concentrado, em relação àqueles que estão mais distantes nos chamados distritos, onde as queixas de esquecimento, descaso e abandono são constantes.

Pretendo entrevistar cinco figuras políticas, evidentemente ainda não determinadas. Tentarei em um ideal prévio um ex prefeito, um vereador de mandato e um ex, um secretário e um ex, de preferência que tenha desempenhado cargo de vereador e secretário. Esforços não faltarão, mas como o contato com as figuras políticas é um caso mais sensível, creio que tudo será questão da oportunidade.

Assim, termino com a reflexão sobre quais poderão ser os impactos que o fato de ser um nativo onde pesquiso pode causar na minha coleta de dados, ou construção dos mesmos. Acredito que ser um munícipe me dará vantagens mas também desvantagens. Por exemplo, o que considero uma vantagem é o fato de já ter um conhecimento bem aprofundado, a priori, do campo e de muitas de suas dinâmicas, histórias e personagens, mas também trago vários desafios, entre eles o impacto que posso causar nas entrevistas, pois o nível de desconfiança da população é muito grande quando o assunto é política, resultado desse poder exercido pelos políticos na comunidade local. Com toda certeza, haverá uma desconfiança sobre o anonimato dos relatos e da minha intenção e por aí você pode se perguntar, neste caso, qual seria a diferença para alguém que é de fora. Eu posso te responder dizendo que em São Francisco do Conde tudo que é local é político e o nível de desconfiança é dobrado, sendo assim algo desse tipo poderia estar a serviço da situação ou oposição, o que pode causar um protecionismo no comportamento do entrevistado ou até a recusa da entrevista, algo que tende a ser minimizado pela abordagem histórica que trago através dos relatos das memórias passadas, dando foco também a gestões anteriores. Aqui tenho um grande desafio pela frente, pois sou o pesquisador, mas

faço parte do que é pesquisado, o que exigirá uma descentração radical de mim mesmo, mas nada me impede de ser capaz de construir cientificamente na mesma e ser totalmente antropólogo de dentro para fora e não de fora para dentro como tradicionalmente. Mais do que nunca, serei observador-sujeito em busca da compreensão de meu objeto e, não será um esforço viver nele a experiência deste.

7 CRONOGRAMA

Descrição das atividades	Ano 2019			Ano 2020				Ano 2021			
	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Revisão Bibliográfica	x	x									
Etnografia			x	x	x	x	x	x	x		
Entrevistas semi-estruturadas				x	x	x	x				
Análise dos dados						x	x			x	x
Elaboração de monografia									x	x	x

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 5ª edição, 1982.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado. Coletivo sabotagem*, 1974.

COMERFORD, John; PALMEIRA, Moacir; BEZERRA, Marcos Otávio (Org.). *Questões e dimensões da política*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2017.

História de São Francisco do Conde. Disponível em:
<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/historia/> , acesso em: 08 jan.2019.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dumará Distribuidora de Publicações Ltda, 2000.

LANNA, Marcos. *Reciprocidade e hierarquia in Revista de Antropologia*. São Paulo, USP Editorial, volume 39, nº 1, 1996.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo, Brasiliense editora, 1ª edição, 2003.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, EDITORA SCHWARCZ S.A, 7ª edição, 2012.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas in Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

Miranda, Júlia. *Carisma, sociedade e política: Novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro, Dumará Distribuidora de Publicações Ltda, 1999.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil: Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro, Editora Relume Ltda, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.de (Org.). *Política ambígua*, Rio de Janeiro, Dumará Distribuidora De Publicações Ltda., 2009.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. *O voto como adesão in Teoria e cultura*. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 1, 2006.

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é Método in Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, nº 42, 2014.

SÁ, Leonardo. *A questão do poder na perspectiva da Antropologia da política in Revista de Antropologia*, João Pessoa, vol. 1, nº 1, 2015.

SANSONE, Lívio. Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde *in* REVISTA USP. São Paulo, nº68, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez editora, 23ª edição, 1941.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília- DF, Editora Universidade de Brasília, 4ª edição, Vol. 1, 2014.